

#06

MUNDO MISTURADO, MUNDO À REVELIA: SOBRE A VIOLÊNCIA NO *GRANDE SERTÃO:* *VEREDAS*, DE GUIMARÃES ROSA

Patricia Carmello

Universidade Federal do Rio de Janeiro

pscarmello@gmail.com

Citação recomendada || CARMELLO, Patricia (2012): "Mundo Misturado, Mundo à revelia: sobre a violência no *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa" [artigo online], 452°F. *Revista eletrônica de teoria da literatura e literatura comparada*, 6, 92-104, [Data de consulta: dd/mm/aa], <http://www.452f.com/pdf/numero06/06_452f-mono-patricia-carmello-orgnl.pdf>

Ilustração || Mar Olivé

Artigo || Recebido: 21/06/2011 | Aceite pela Comissão Científica: 15/11/2011 | Publicado: 01/2012

Licença || Reconhecimento-Não comercial-Sem obras derivadas 3.0 License



Resumo || A análise da violência no romance de Guimarães Rosa *Grande Sertão: veredas* revela referências aos conflitos históricos brasileiros da época, situados entre a cidade e o campo, o governo e a população do interior do país, os Vencedores e os Esquecidos da história. Além disso, o tema da violência surge numa tensão entre uma memória *que não passa*, relacionada ao recalque, e a *pobreza da experiência* do que não vale a pena ser lembrado.

Palavras-chave || Teoria literária | Guimarães Rosa | violência | memória.

Abstract || The analysis of violence in Guimarães Rosa's novel *Grande Sertão: veredas* reveals references to the Brazilian historical conflicts of that time, situated between town and country, the government and people of the country, the Winners and the Forgotten people of history. Furthermore, the theme of violence comes at a tension between a memory not forgotten, related to the repression, and the *poverty of experience* that's not worth remembering.

Keywords || Theory of Literature | Guimarães Rosa | violence | memory.

O grande sertão é a forte arma. Deus é um gatilho?

João Guimarães Rosa

NOTAS

1 | Daqui por diante, o romance será citado como GSV, a fim de evitar citações repetidas.

Em plenos anos cinqüenta —marcados pelo projeto desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitscheck, pelo lema *cinqüenta anos em cinco*, que encontrou seu clímax na construção da capital Brasília, localizada estrategicamente no centro do país, pelo intenso crescimento das cidades— é curioso como o olhar de Guimarães Rosa volta-se para os esquecidos da história. E quem seriam eles? Toda a sua obra é construída por personagens rurais, de um Brasil interior e arcaico, habitantes de pequenos vilarejos, fazendas, taperas isoladas no meio do mato ou ribeirinhas. São loucos, como no conto «Sorôco, sua mãe, sua filha» (Rosa, 1988), estranhos, como em «A Menina de Lá» (1988), e mais uma série de peões, mestiços, jagunços, bandidos, prostitutas (Starling, 1999: 16).

Em poucas palavras, são figuras do desterro e do desamparo, como Miguilim (Rosa, 2001a), que termina a saga de infeliz infância sendo levado pelo moço, para morar na cidade... São representantes dos que ficaram mantidos à *margem da história*, não por acaso, livro de Euclides da Cunha (2005a), também autor de *Os Sertões* (2005), ambos títulos com os quais Rosa dialoga através dos temas do exílio, do ser estrangeiro em meio a uma natureza oculta e exuberante, bem como através da referência à história de Canudos. Entretanto, o *Grande Sertão: veredas*¹ reúne em um mesmo universo todos estes seres à margem como restos, resíduos a quem o Brasil modernizado não concedeu lugar apropriado (Starling, 1999: 16), para transformá-los, na ficção, em protagonistas principais da *outra* estória.

Sendo assim, é preciso destacar a forma como aparecem, no romance de Rosa, as referências à história do país, não como fatos isolados, mas como fragmentos, sempre atrelados à subjetividade de alguém que recorda: o ano de 1979 consta da lembrança de Selorico Mendes sobre a invasão de Januária e Caririnha, e a passagem da coluna Prestes é evocada através do testemunho do narrador que, a respeito do acontecimento histórico, conta o que dele pode restar: «Muitos anos adiante, um roceiro vai lavar um pau, encontra balas cravadas» (Rosa, 2001: 114).

Aqui, o que prevalece não está na ordem de uma pretensa objetividade do *fato em si*, mas sim neste olhar crítico diante de um contexto específico, que surge na ficção através das recordações do narrador e de outros personagens, como resíduos, pedaços de um Brasil, dissolvidos entre lacunas e elementos da fantasia, como o narrador descreve, melhor do que ninguém, quando se afirma incapaz de narração: «retrato de pessoas diversas, ressalte de conversas tolas,

coisas em vago...» (Rosa, 2001: 221).

A visão do escritor sobre seu tempo traz a concepção de Walter Benjamin sobre a história, que propõe uma reescrita do passado, cujo objetivo seria «escovar a história a contrapelo» (Benjamin, 1986: 225), apontada pelo filósofo como tarefa do historiador materialista, distinta do historicista (aquele que vê na história uma cadeia linear de fatos), pois evita estabelecer uma relação de empatia com os vencedores da história, e busca, através deste passado esquecido e vencido, «despertar no passado as centelhas da esperança» (1986: 224).

A tarefa do historiador envolve, de acordo com Benjamin, uma temporalidade que conjuga os três tempos, onde o passado traz uma ligação com o presente e o futuro, sendo visto pela Jeanne Marie Gagnebin (1982) como o *futuro do passado*, daquilo que teria podido acontecer, ou que requer retirar do esquecimento: «aquilo que teria podido fazer da nossa história uma outra história» (1982: 60). Ao revolver deste modo a história do país, Guimarães Rosa compartilha da visão apontada por como sendo comum a Benjamin, Freud e Proust (embora cada um a desenvolva a seu modo): «da mesma convicção de que o passado comporta elementos inacabados; e, além disso, que aguardam uma vida posterior, e que somos nós os encarregados de fazê-los reviver» (1982: 71).

Certamente, as imagens inequívocas do *cortejo triunfal da história* no romance de Rosa se encontram no triplo avanço da marcha das cidades, do progresso, e da *máquina do governo* sobre o sertão: «Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?» (Rosa, 2001: 183). Conflito que o escritor reformula através desta construção formal específica, na qual à afirmação segue-se outra interrogação não respondida, e que produz como efeito um corte ou uma suspensão no discurso do avanço do progresso², colocando em relevo a dialética e o movimento inerente ao processo de choque entre a cidade e o campo, ao conflito armado entre a lei do governo e a lei do sertão, à guerra entre soldados e jagunços, expondo o ponto de vista dos últimos em relação aos primeiros:

Mas, quem era que podia explicar isso tudo a eles, que vinham em máquina enorme de cumprir o grosso e o esmo, tendo as garras para o pescoço nosso mas o pensante da cabeça longe, só geringonciável na capital do Estado? (Rosa, 2001: 319).

Através deste olhar crítico do narrador, lê-se um misto de utopia e crítica em relação ao processo de modernização vigente na época, pois Riobaldo também sonha com a *cidadania* só possível numa cidade projetada numa *terceira margem*, mais justa que o sertão e

NOTAS

2 | Leyla Perrone-Moisés fala na suspensão do discurso do narrador no sentido do corte lacaniano, que aponta para a ausência de sentido, a possibilidade de criação novos sentidos, no final do conto «Lá, nas Campinas», citando Rosa: «Mas não acho as palavras» (Perrone-Moisés, 2000: 278).

que a cidade que o atropela: «mas eu tinha raiva surda das grandes cidades que há, que eu desconhecia. Raiva —porque eu não era delas, produzido...» (Rosa, 2001: 533). As imagens críticas falam de uma promessa que não chegará ao sertão, de trens que não virão e do contraste entre a falta de pontes e a cidade na qual o *senhor* vive: «no carro-de-bois, levam muitos dias, para vencer o que em horas o senhor em seu jipe resolve. Até hoje é assim» (2001: 118).

Se cada época guarda um segredo, como soube dizer Benjamin (1986: 40), o autor constrói, na ficção, a reescrita da história, revelando, pelo avesso, alguns segredos perdidos pelo discurso desenvolvimentista do período, como a violência nos embates entre o campo e a cidade, o conflito entre o arcaico e o moderno, a marcha de um crescimento desigual e a ausência de diálogo entre os personagens do interior do país e a *máquina distante* do governo.

A despeito da crítica repetidamente manifestada pelo narrador ao descrever os detalhes das guerras, equiparadas por ele à dimensão objetiva da vida, e que não merecem ser lembradas «Vida, e guerra, é o que é: esses tontos movimentos» (Rosa, 2001: 245), as lembranças de guerra efetivamente compõem seu relato: «o senhor exigindo querendo, está aqui que eu sirvo forte narração —dou o tampante, e o que for— de trinta combates. Tenho lembrança» (2001: 245). E ele não poupa nem a si mesmo quando se trata de admitir os próprios crimes, incluindo os dois estupros que cometeu (2001: 189), desaprovando, contudo, a violência já na época, como demonstra ao compartilhar o sonho de sertão pacificado de seu amigo Zé Bebelo: «A gente devia mesmo de reprovar os usos de bando em armas invadir cidades, arrasar o comércio, saquear na sebaça» (2001: 147).

Sobre este ponto, é preciso frisar que, considerando a questão do *olhar* do escritor sobre estes personagens, ao inserir na história o ponto de vista dos jagunços, o texto não incorre numa visão ingênua; tampouco caracterizar o olhar do escritor como *sensível* significa propor que ele os transforme em simples vítimas da violência:

Remorso? Por mim, digo e nego. Olhe: légua e outra, daqui, vereda abaixo, tigre cangussú estragou e arruinou a perna do Sizino Ló, [...]. Comprou-se para ele, então, uma boa perna-de-pau. Mas, assim, talvez por se ter sacolejado um pouco do juízo, ele nunca mais quer sair de casa, nem se levanta quase do catre, vive repetindo e dizendo: «Ái, quem tem dois tem um, que tem um não tem nenhum...» Todo o mundo ri. E isso é remorso? (Rosa, 2001: 233).

A decisão exposta entre *narrar a guerra* ou *narrar as coisas importantes* parece insinuar, além de uma desvalorização das lembranças de guerra, cujo conteúdo é esvaziado de valor, uma diferença que desvincula a memória da noção de realidade factual, pois o que fica

na memória como trauma pode estar, ou não, relacionado à guerra. É inegável, contudo, que a violência se articula com a problemática do Mal e, sobretudo, se inscreve também como trauma, relacionado a algo que se produz como um excesso³, que sempre escapa à representação e à lembrança: «porque o extenso de todo sofrido se escapole da memória» (Rosa, 2001: 418), levando o ex-jagunço a duvidar da possibilidade de esquecimento do que é relacionado ao Mal:

Informação que pergunto: mesmo no Céu, fim de fim, como é que a alma vence se esquecer de tantos sofrimentos e maldades, no recebido e no dado? A como? O senhor sabe: há coisas de medonhas demais, tem. Dor do corpo e dor da idéia marcam forte, tão forte como o todo amor e raiva de ódio (Rosa, 2001: 37).

Mundo misturado, mundo à revelia

Desta forma, a violência atravessa o texto por inteiro, trazendo de volta nossos conflitos esquecidos entre o campo e a cidade, a lei urbana e o costume do sertão. A violência inscreve-se no texto de Rosa entre o traumático e o banal, a ficção e a história, e ainda entre o que deve ser lembrado ou esquecido. O crítico José Miguel Wisnik aponta na raiz da violência que perpassa a obra do escritor uma especificidade da cultura brasileira, circunscrita em torno de uma dupla ou (dobra) da ausência da lei, e que se refere, não somente ao acaso e à insuficiência na origem de toda lei, mas à ausência de uma lei que «não faz sentido na formação ancestral brasileira» (Wisnik, 2002: 184) e que merece ser pensada, portanto, em sua singularidade.

No rastro das formulações de «As idéias fora do lugar», de Roberto Schwarz (1977), e das contradições abordadas em *Raízes do Brasil* (Holanda, 1995), haveria algo na história do Brasil que se repete e permanece como um enigma, «entre a violência e a retórica» (Wisnik, 2002: 184), onde a tentativa de instauração de uma lei comum, capaz de impor limites à força bruta, convive lado a lado com a *lei do mais forte* do sertão: «Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias» (Rosa, 2001: 35).

O ponto de partida de Wisnik é o conto de Guimarães Rosa «Famigerado», de *Primeiras Estórias* (1988), no qual a violência —diferentemente do GSV— comparece como ameaça não concretizada, mas onde novamente um jagunço, do sertão, busca junto ao letrado, homem da cidade, um sentido que lhe esclareça uma palavra ou uma experiência. O ensaio se concentra na questão desta passagem do sertão à cidade, da *ausência de lei* do sertão à *lei que falta* da cidade brasileira, através dos (des)entendimentos em torno do sentido da palavra *famigerado*, que constitui o enredo

NOTAS

3 | Em «Além do Princípio do Prazer», encontra-se tanto a idéia do excesso como a de uma fixação do sujeito no trauma, na proposição retomada por Freud, de que «os histéricos sofrem principalmente de reminiscências» (Freud, 1976: 24).

do conto.

Na pergunta desafiante do jagunço Damázio —que vai da Serra do São ão até a cidade, para interrogar o médico, o narrador da história, sobre o sentido da palavra *famigerado*, dirigida ao jagunço por um insensato moço do governo— se assinalam, com humor, as «armas desiguais» (Wisnik, 2002: 181) de um e outro: «um homem cuja linguagem é a da faca e a da bala está suspenso pelo fio sutilíssimo de uma palavra, podendo no entanto, e a qualquer momento, cair matando» (2002: 181). Estabelecida a tríade entre o jagunço, o homem culto e o moço do governo, o que ali se delineia é o lugar intermediário do intelectual e das idéias em nossa história, entre o *poder da bala* e o poder político, lugar que poderia ser de mediação de um acordo comum, que fornecesse o solo simbólico de uma lei capaz de assegurar limites à barbárie.

O duelo é lido à luz do primeiro e do último conto do livro, «As Margens da Alegria» (Rosa, 1988) e «Os Cimos» (1988), nos quais, excepcionalmente, o cenário rural privilegiado por Rosa se inverte, e o personagem principal, o Menino, viaja para o «lugar onde se construía a grande cidade» (1988: 7), numa referência à construção de Brasília, inaugurada em 1960, dois anos antes da publicação dos contos. O diálogo se passa, assim, num cenário situado no centro do conflito, com todas as contradições que envolveram o projeto de construção, símbolo de um programa modernizador que leva a cidade ao centro do interior do país e faz dela a sede do poder político.

A escolha do campo como cenário privilegiado dos escritos de Rosa também revela um local onde historicamente, no Brasil, desde a Guerra de Canudos, desenvolveram-se conflitos violentos, envolvendo populações numerosas, o que contraria nossa auto-imagem de «um caráter pacífico e ordeiro» (Grynzpan, 2002: 154). A temática daqueles contos persiste no GSV e, para Wisnik (2002), consiste numa melancolia relacionada a uma passagem *traumática* do arcaico ao moderno em nossa história, a algo de não simbolizado aí, que daria origem ao *mundo misturado*, surgido justamente do lamento de Riobaldo em *demarcar os pastos*, ou seja, separar o bem e o mal (Rosa, 2001: 237):

Mas o que se decanta nesses contos é mais um trabalho de luto, nem apologético nem saudosista, onde a saudade é mais funda e inclui o futuro —o desígnio irresolvido que persiste na mudança. A questão aqui não é a passagem sucessiva do arcaico ao moderno, mas a persistência de um no outro (Wisnik, 2002: 179).

Melancolia —é preciso dizer— assim como no GSV, «à qual não se entregam» (Wisnik, 2002: 179) os personagens, e que não

exclui a experiência da alegria, embora esta apareça à *margem*, ou *intermitente*, como a luz do vaga-lume no final do conto, de acordo com o crítico. Em «Famigerado», Rosa trata com humor a ambigüidade de sentido da palavra presente na origem de toda significação, isto é como o uso de uma palavra pode derivar no sentido oposto ao seu sentido original, tal como propõe Freud (1970; 1988). Ambigüidade que, associada a outras contradições do contexto histórico brasileiro, permanece como duplicidade não resolvida. Pois a palavra, apartada da experiência desde nossas origens, desliza, frágil, ao longo de uma cadeia de associações: «fasmisgerado... faz-me gerado... falmisgerado... famílias-gerado...» (Rosa, 1988: 15).

Ao passar, porém, da tentativa de atribuir um sentido neutro ao termo para o elogio, ocultando o provável sentido negativo em que foi pronunciada: «Famigerado? Bem. É: “importante”, que merece louvor, respeito» (1988: 16), o homem culto reitera esse (literal) estado de coisas, no qual a palavra passa a valer como ornamento, destituída de sentido prático (Schwarz, 1977), a inteligência se torna «decorativa» (Holanda, 1995: 84), e a eloqüência diz o que o mais forte deseja ouvir... Saída na forma de uma *formação de compromisso*, encontrada pela inteligência em nosso passado histórico que, a fim de conciliar duas exigências opostas (sair com vida do episódio e esclarecer o homem simples, dizer a verdade), mantém no recalque, no esquecimento, a violência implícita na situação, numa espécie de paródia à história de nossas *idéias fora do lugar*.

Implícito nesta formulação está, também, o conceito elaborado por Lacan de «foraclusão» do Nome-do-Pai, da instância da lei, próprio da estrutura psicótica, e que (simplificadamente) faz com que a palavra, ao não se inscrever simbolicamente, retorne do real na forma de delírios e alucinações, levando, para a psicose, ao estado em que a palavra passa a ser tratada em seu valor de *coisa*, o que se verifica, por exemplo, na certeza irredutível, opaca, das construções delirantes (Lacan, 2008). Algo próximo do que estes estudos sociológicos apontam: na formação da cultura brasileira, o valor da palavra é deslocado para o ornamento, o enfeite; o que o pensamento hesitante de Damázio, parece indicar, como mostra Wisnik, ao final do conto, cogitando numa extradição da autoridade, encarnada no moço do Governo: «Sei lá, às vezes o melhor mesmo, pra esse moço do Governo era ir-se embora, sei não» (Rosa, 1988: 17).

E, ainda, a respeito da *formação de compromisso* efetuada pelas idéias em nossa cultura, Sérgio Buarque de Holanda mostra como a cordialidade, a *doçura*, irá se desenvolver como traço de caráter nacional desde os engenhos de açúcar, tendo, na origem, o *caldo* onde se misturaram a herança ibérica e africana, diante da escravidão. Nesta ótica, a cordialidade admite a violência para não

sucumbir à mesma, ocultando-a (Holanda, 1995: 61).

Nos contos que evocam Brasília, esta não-mediação simbólica, da linguagem, é percebida pelo olhar do Menino, entre o mundo da natureza e a chegada da civilização, entre a «incessante alegria» (Rosa, 1988: 9), o *transbordamento* da natureza, na «paisagem de muita largura» (1988: 9) concentrada na visão do peru, e a descoberta do Mal encarnado «no mundo maquinal, no hostil espaço» (1988: 10) do campo de obras do aeroporto, «entre o contentamento e a desilusão, na balança infidelíssima, quase nada medeia.» (1988: 10).

Haveria, portanto, na origem da formação social brasileira, uma falha ou ausência de um corte simbólico que, através da linguagem, da mediação, operasse uma distinção na experiência, e que, ao não se efetivar, retorna como violência em ato, não-simbolizada, o que levaria a que a lei e o crime, a polícia e o bandido, o público e o privado, passem a ser vivenciados como o mesmo, e fazendo com que, ainda hoje, a lei da cidade se aproxime da *lei da selva*...

Em «As margens da Alegria» (Rosa, 1988), a violência desta passagem, não simbolizada no coletivo, irá ser vivida subjetivamente pelo Menino, como pontua Wisnik (2002), como «o inaudito choque» (Rosa, 1988: 11), um trauma, na medida em que comporta algo da ordem de um excesso, em que o fator surpresa é preponderante e que envolve uma ruptura (Freud, 1976: 47), uma divisão que é aqui relacionada à experiência do corte da árvore:

Mostraram-lhe a derrubadora, que havia também: com à frente uma lâmina espessa, feito limpa-trilhos, à espécie de machado. Queria ver? Indicou-se uma árvore: simples, sem nem notável aspecto, à orla da área matagal. O homenzinho tratorista tinha um toco de cigarro na boca. A coisa pôs-se em movimento. Reta, até que devagar. A árvore, de poucos galhos no alto, fresca, de casca clara... e foi só o chofre: *ruh...* sobre o instante ela para lá se caiu, toda, toda. Trapeara tão bela. Sem nem se poder apanhar com os olhos o acerto —o inaudito choque— o pulso da pancada. O Menino fez ascas. Olhou o céu —atônito de azul. Ele tremia. A árvore, que morrera tanto (Rosa, 1988: 10-11).

Já no GSV, a ausência da lei é ressentida por Riobaldo como algo que, passando por uma autoridade política, poderia demarcar uma divisão, um limite capaz de assegurar que o *demônio*, signo do caos e da *mistura do mundo*, não existe:

Olhe: o que devia de haver, era de se reunirem-se os sábios, políticos, constituições gradas, fecharem o definitivo a noção —proclamar por uma vez, artes assembléias, que não tem diabo nenhum, não existe, não pode. Valor de lei! [...] Por que o Governo não cuida?! (Rosa, 2001: 31).

A lei do mais forte do sertão aparece resumida na acusação do jagunço durante o julgamento de Zé Bebelo: «Lei de jagunço é o momento» (2001: 284), «é a misericórdia de uma boa bala» (2001: 284). O «costume velho de lei» (2001: 276), ditado pelo coronelismo, fruto de um conjunto de alianças políticas entre os grandes fazendeiros e os chefes de bandos, é transmitido por Selorico Mendes ao afilhado Riobaldo:

Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política e potentes chefias [...] Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador —todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! (Rosa, 2001: 127-128).

O que o fazendeiro ensina é que, no *mundo à revelia*, onde a norma já nasce invertida, os jagunços são «ordeiros» (2001: 128), responsáveis pela manutenção de um certo equilíbrio naquele intrincado sistema, movendo-se entre mandados e mandantes, fazendo *a lei que não há*, ajudando a prender e *dando julgamento* segundo uma autoridade essencialmente pessoal. Por exemplo, o caso dos irmãos que se unem para matar o pai que, antes, havia mandado um matar o outro. Presos pelos jagunços, os dois têm o perdão como veredito do então chefe Zé Bebelo, com a condição de terem a boiada desapropriada pelos jagunços. Já no julgamento de Zé Bebelo, onde cada chefe dá seu veredito, o que parece se insinuar é uma coletivização da tentativa de fazer justiça, esboçando a criação de uma *lei terceira*, intermediária entre o poder da bala do costume local e a lei, distante e imposta, do governo...

As mesmas contradições anteriores, no entanto, se mostram no projeto de Zé Bebelo de acabar com a jagunçagem: «Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza» (2001: 147). A ironia de pretender a paz através da guerra, a proposta de extermínio dos jagunços com o apoio do governo —à semelhança da Guerra de Canudos, na qual as tropas do governo foram derrotadas por três vezes antes de destruir o arraial— se nota no grito de Bebelo após cada vitória em combate: «Viva a lei! Viva a lei...!» (2001: 93).

Ao conceber formalmente o romance, projetando o desenho deste sertão como uma conversa, —onde o jagunço fala e o senhor escuta— Guimarães Rosa traz de volta não apenas o diálogo que faltou em Canudos⁴, mas o simbólico como mediação ausente na origem de nossa cultura, numa imagem alegórica que coloca estes opostos em movimento, em interlocução:

Na conversa entre o narrador sertanejo, o velho fazendeiro e ex-jagunço Riobaldo e seu visitante, um jovem doutor da cidade, são tematizados as diferenças, os conflitos e os choques culturais, mas também as

NOTAS

4 | «Só faltou uma conversa». É com a frase do morador João de Régis sobre a falta de diálogo entre as autoridades e a população do Arraial de Canudos, no interior da Bahia, entre 1896 e 1897 —que culminou no massacre dos sertanejos e na destruição das 5.200 casas por parte do exército brasileiro, após três expedições derrotadas— que Willi Bolle inicia o seu estudo sobre o *Grande Sertão* (Bolle, 2004: 17).

interações, os diálogos e o trabalho de mediação (Bolle, 2004: 39-40).

Neste diálogo, é interessante observar, a partir da leitura de *Raízes do Brasil* (Holanda, 1995) e do «Famigerado» (Wisnik, 2002) — que aponta justamente para a escravidão como a nossa *violência mais íntima e recalcada*, nosso passado esquecido— como o termo *senhor*, empregado do início ao fim do romance, também pode ser pensado como designando, em contraste com o jagunço, escravo, o ancestral *sinhô*, o *senhor* de engenho e posses, patriarca desta *lavoura arcaica*, na dupla conotação do termo, tanto *mítica* como *rudimentar* (Holanda, 1995: 49; Bolle, 2004: 282-306). Veja-se a forma como, lá pelas tantas, Riobaldo assume o lugar dos *catrumanos*, prováveis descendentes de ex-escravos escondidos pelo sertão, e se dirige ao *senhor* na estranha *língua* falada por eles: «Tudo isto, para o senhor, meussenhor, não faz razão, nem adianta» (Rosa, 2001: 546).

Ao revolver desta maneira o fundo de nossa constituição como país, em nossas *miragens das origens*, o texto desloca tanto as fantasias ligadas a concepções idealizadas sobre a origem e a natureza, como as ilusões de Modernidade atreladas à idéia de um país do futuro. Neste sentido, é que se pode afirmar que o GSV promove uma lembrança dos «sonhos coletivos» (Bolle, 1994-1995: 92) do país, através destes resíduos da história. Mas, também, inclui o despertar como algo que torna possível «recordar aquilo que é mais próximo, mais banal, mais ao nosso alcance» (Benjamin, 2007: 434) rearticulando o passado em sua relação com o presente e o futuro.

Portanto, se, por um lado, a crítica atual a uma *cultura indiscriminada da memória* nos leva a pensar no engodo de uma super-memória — tal como antecipa Funes, o *memorioso*, personagem de Jorge Luis Borges (2007)— o texto crítico de Rosa se faz presente na discussão em torno da memória coletiva no Brasil (onde a *ruína* veio antes da *construção*) e na América Latina. Pois, no Brasil, uma política do esquecimento da ditadura ainda se exerceria num jogo de forças diferenciado do contexto globalizado, e até mesmo de alguns países latinos, bem mais avançados na discussão, trazendo a necessidade de um discurso próprio e contrário ao apagamento dos rastros. É igualmente interessante observar que esta associação entre o esquecimento produzido pelo recalque e a memória histórica se encontra já no próprio Freud:

É universalmente reconhecido que, no tocante à origem das tradições e da história legendária de um povo, é preciso levar em conta esse tipo de motivo, cuja meta é apagar da memória tudo o que talvez seja penoso para o sentimento nacional. (Freud, 1987: 137).

Sob este viés, a análise da violência no texto de Rosa —situada

no entrecruzamento entre o *mundo misturado*, o *mundo à revelia* e ainda o *imundo de loucura*, de desmandos percebidos por Medeiro Vaz, de «impossível qualquer sossego, desde em quando aquele imundo de loucura subiu as serras e se espalhou nos gerais» (Rosa, 2001: 60) — a análise da violência se insere, assim, na atualidade ao despertar determinadas verdades adormecidas, por mais banais que nos pareçam, como: «quem controla o passado, controla o futuro»⁵. E outras, de fato, nem um pouco *fáceis*, mas que parecem igualmente *íntimas* ao contexto brasileiro, como a idéia de Marx de que a história se repete «a primeira vez como tragédia» —na violência da *ausência de lei* do sertão— «e a segunda como farsa» (Marx, s/d) —na *lei da selva*, hoje, nas grandes cidades—. Mas, sobretudo, o texto se esboça como possibilidade de mediação e simbolização, ao insinuar e ocupar o espaço intermediário, entre a crítica e a utopia, da criação de uma *lei terceira*, construída através de um acordo com a participação de todos os segmentos envolvidos.

NOTAS

5 | Frase de Orwell em 1984, constante como epígrafe do livro *O que Resta da Ditadura*, de Edson Teles e Vladimir Saflate (Teles, E.; Saflate, V., 2010).

Bibliografia

- BENJAMIN, W. (1986): *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas I*, São Paulo: Brasiliense.
- BENJAMIN, W. (2007): *Passagens*, São Paulo: Editora UFMG.
- BOLLE, W. (1994-95): «Grande Sertão: cidades», *Revista USP*, nº 24, 80-93.
- BOLLE, W. (2004): *Grandesertão.br*, São Paulo: Duas Cidades.
- BORGES, J. L. (2007): *Ficções*, São Paulo: Companhia das Letras.
- CUNHA, E. (2005): *Os Sertões*, Rio de Janeiro: Lacerda.
- CUNHA, E. (2005a): *À Margem da História*, São Paulo: Martin Claret.
- FREUD, S. (1970): *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, vol. XI.
- FREUD, S. (1976): *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII.
- FREUD, S. (1987): *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, vol. VI.
- FREUD, S. (1988): *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, vol. XVII.
- GAGNEBIN, J. M. (1982): *Walter Benjamin*, São Paulo: Brasiliense.
- GRYNZPAN, M. (2002): «Da Barbárie à Terra Prometida: o Campo e as Lutas Sociais na História da República» em Gomes, A. C. et al. (orgs.), *A República no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 116-155.
- HOLANDA, S. B. (1995): *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- LACAN, J. (2008): *O Seminário. Livro 3: As Psicoses*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MARX, K. (s/d): «O 18 Brumário de Luis Bonaparte», Domínio Público, <<http://www.dominiopublico.gov.br>>, [30/07/2010].
- PERRONE-MOISÉS, L. (2000): *Inútil Poesia e Outros Ensaio Breves*, São Paulo: Companhia das Letras.
- ROSA, J. G. (1988): *Primeiras Estórias*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ROSA, J. G. (2001): *Grande Sertão: veredas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ROSA, J. G. (2001a): *Manuelzão e Miguilim*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SCHWARZ, R. (1977): *Ao Vencedor as Batatas*, São Paulo: Duas Cidades.
- STARLING, H. (1999): *Lembranças do Brasil: Teoria, Política, História e Ficção em Grande Sertão: veredas*, Rio de Janeiro: Revan, UCAM/IUPERJ.
- TELES, E. e SAFATLE, V. (orgs.) (2010): *O Que Resta da Ditadura*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- WISNIK, J. M. (2002): «O Famigerado», *SCRIPTA: Revista de Literatura do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da Puc Minas*, nº 10, vol. V, 177-197.